

Coimbra Moderna: A cidade e a Universidade*

Fernando Taveira da FONSECA

Univ. Coimbra – C.H.S.C.

A afirmação de que é quase óbvio que a presença de uma universidade num centro urbano imediatamente cria uma rede de relações e interinfluências que modelam um e outro dos pólos em contacto¹, mais do que um dado adquirido, é um convite ao estudo particularizado das modalidades que esse tipo de relações assume em casos concretos. As diferentes configurações urbanas, os diversos matizes que assume a própria instituição universitária conforme as entidades e os interesses que presidem à sua fundação, as variações que o tempo introduz em uma e outra destas

* Este texto retoma, com algumas adaptações e acrescentos, o que foi apresentado, em versão inglesa, no *Coimbra Group Seminar – Town and University: a dynamic symbiosis* que decorreu em Lovaina de 2 a 4 de Fevereiro de 2000.

¹ Isabel Fidalgo, Jorge Martins, Fernanda Delgado Cravidão — “Univers(c)idade e estruturação territorial. O caso de Coimbra”. *Cadernos de Geografia*. Número especial: *Actas do Colóquio de Geografia de Coimbra (1999)*, Coimbra, 2001, pp. 129-133. Os autores centram-se no papel da universidade, atribuindo às “cidades universitárias” a capacidade de “ajudar a definir políticas [...], promover dinâmicas sociais, influenciar estruturas espaciais, provocar e alterar as mobilidades (estudantil e de emprego, por exemplo) (p. 129). Por sua vez Laurence Brokliss, numa síntese histórica recentemente apresentada (“The university and the city – 1200-2000”. *Coimbra Group Seminar. Town and university: a dynamic symbiosis* (Leuven-Louvain-la-Neuve, 2-4 Fevereiro, 2000). Lovaina, 2000, pp. 15-28), começa por declarar: “Let me begin by stating the obvious: the university and the city have always been closely related”(p. 16); e ao referir as primeiras fundações, complementa: “Even if the universities had been centres of scholarly contemplation, they would still have been located in towns and cities. [...]The university, from the beginning, then, needed the city. Equally the city, from the beginning could see the benefits of the university” (p. 17).

realidades que aqui pretendemos pôr em confronto impõem a especificação deste quadro geral.

É neste contexto que um estudo de caso, como é o de Coimbra, se justifica. Partindo de algumas considerações sobre as características geográficas e topográficas da cidade, traçando, em linhas muito gerais, um perfil da sua evolução histórica, centrar-nos-emos na Coimbra moderna, mais concretamente no período que decorre entre as duas grandes reformas universitárias — a de D. João III, que coincide com a implantação definitiva (1537), e a 1772, levada a cabo pelo Marquês de Pombal — para tecer algumas considerações acerca da “simbiose dinâmica” que se gera e desenvolve entre universidade e cidade.

Coimbra: características naturais e evolução histórica

Na opinião de alguns geógrafos², a capacidade original de Coimbra para se tornar um centro urbano de alguma importância radica primeiramente nas suas características geográficas e topográficas, por outras palavras, numa feliz conjugação do *sítio* e da *posição*. A velha Aeminiun da ocupação romana estava implantada sobre uma colina cujos difíceis acessos tornavam de defesa fácil. “A abundância de água e a fertilidade do solo circundante” contribuíram igualmente para a tornarem um lugar habitável³. Mas a subsequente prosperidade de Aeminiun — que absorveu o nome e chamou a si o papel desempenhado pela vizinha cidade de Conímbriga, menos afortunada — não teria provavelmente sido possível “se as necessidades de circulação a não tornassem também ponto de cruzamento de caminhos”⁴: a *via* romana de Ulissipo para Bracara

² Amorim Girão — “Civitas Aeminiensis (Subsídios para um estudo geográfico da cidade de Coimbra)”. In *Coimbra. Colectânea de Estudos*, Coimbra, 1943, pp. 73-85. Alfredo Fernandes Martins — *Esta Coimbra [...]. Alguns apontamentos para uma palestra*. Coimbra, 1951.

³ António de Oliveira — *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra, 1971, vol. I, p. 150.

⁴ *Ibidem*.

cruzava o rio Mondego através de uma ponte no sopé da colina; o próprio rio, navegável numa parte substancial do seu curso, ligava as terras baixas que se estendem entre Coimbra e o mar às mais ásperas e montanhosas a montante.

As vicissitudes históricas reforçaram as características naturais: durante a Reconquista, Coimbra foi uma cidade de fronteira — tirando partido da sua capacidade estratégica — sob constante ameaça muçulmana; mais tarde, quando o Reino se tornou independente na sequência da expansão para sul, a cidade tornou-se residência do primeiro rei e dos seus sucessores por mais de cem anos (1131-1255).

No início do século XIV (1308), quando, pela primeira vez, Coimbra recebeu a universidade portuguesa — fundada em Lisboa, em 1290 — as suas feições características estavam perfeitamente delineadas: aos olhos de qualquer dos seus moradores ou de qualquer visitante era clara a distinção (ou mesmo, a oposição) entre a parte alta (*almedina*), circundada de muralhas com as suas cinco portas, e o arrabalde, extramuros, estendendo-se para oeste e para norte⁵.

Esta dicotomia geográfica tinha a sua contrapartida social: no topo da *almedina*, situava-se o palácio real e, perto deste, o castelo; um degrau abaixo, o palácio do bispo e, a cerca de duzentos metros, a catedral. A câmara fazia as suas reuniões na Torre de Almedina (acostada à porta que tinha o mesmo nome, no extremo mais baixo da muralha, não muito longe da catedral). Podemos afirmar que esta era a “cidade aristocrática, política [e] militar”⁶, com a catedral como pólo cultural importante. Quando D. Afonso III decidiu permanecer mais longamente em Lisboa e os oficiais régios se foram mudando gradualmente para a nova cidade capital, a *almedina* ficou parcialmente abandonada e os esforços feitos ao longo do tempo para a repovoar foram, em grande parte, infrutíferos.

⁵ Maria Helena da Cruz Coelho — “Coimbra trecentista – a cidade e o estudo”. In *A Universidade de Coimbra no seu 7º centenário*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1993, pp. 73-100. António de Oliveira — *A vida económica e social de Coimbra*, p. 150 ss.

⁶ Maria Helena da Cruz Coelho — “Coimbra trecentista”, p. 73.

“Em contraste com este abandono e deserção se posicionava o arrabalde, fervilhante de vida e trabalho”⁷: artesãos, mercadores, viajantes de passagem ou homens de negócios enchendo as estalagens, homens e mulheres vendendo legumes, vinho ou pão no mercado ou nas suas lojas, criavam uma atmosfera diferente e bem mais activa⁸. Mas neste espaço marcado pelas actividades artesanais e comerciais “ou mesmo por certas profissões menos lícitas”⁹, na confluência de duas ruas principais, estava implantado o Convento de Santa Cruz. Dominava “o principal eixo citadino que, partindo da Portagem e rua dos Francos e atingindo o Arnado, viabiliza[va] a circulação entre o Sul e o Norte do país”¹⁰ e desempenhou, desde a sua fundação (1131), um notável papel na vida política e cultural do Reino. Protegido pelo primeiro rei (cuja sepultura magnífica a igreja do convento acolhe), o qual procurou conselho e apoio nos fundadores do mosteiro, rico pelas doações dos poderosos e pela aquisição de propriedade fundiária¹¹, tornou-se uma instituição poderosa, competindo e mesmo entrando em conflito com o outro poder eclesiástico, o bispo e a catedral¹². Interessa ao nosso intento, porém, pôr sobretudo em destaque a sua dimensão cultural: possuía um importante *scriptorium*¹³ e nas suas escolas mestres eminentes ensinavam a Gramática, as Artes, a Teologia e a Medicina¹⁴.

⁷ *Ibidem*, p.76.

⁸ Penso ser possível projectar retrospectivamente a imagem delineada por Guilhermina Mota em “O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (sécs. XVII e XVIII). Notas para um estudo. In *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra, 1986, vol. I, pp. 351-367.

⁹ Maria Helena da Cruz Coelho — “Coimbra trecentista”, p. 76.

¹⁰ *Ibidem*, pp. 76-77.

¹¹ Leontina Ventura, Ana Santiago Faria — *Livro Santo de Santa Cruz*. Coimbra, 1990, *Introdução*, por Leontina Ventura, pp. 20-40.

¹² Maria Helena da Cruz Coelho — “Coimbra trecentista”, p. 77.

¹³ António Cruz — *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*. Bibliotheca Portucalensis, vol. V-VI, Porto, 1963-64; Maria José Azevedo Santos — *Da Visigótica à Carolína. A escrita em Portugal de 882 a 1172*. Coimbra, 1988.

¹⁴ Fortunato de Almeida — *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, 1967, p. 243; Maximiano Lemos — *História da Medicina em Portugal*, 2ª ed., vol I, Porto, 1991, pp. 18-19. Na *Descrição e debuxo do Moesteyro de Santa Cruz de Coimbra*, datada de 1541 — já depois da reforma iniciada em 1527 — é-nos pintado um quadro (que não seria exclusivo desta época) da atmosfera artística e intelectual do convento: uma “grande varanda” era “o lugar deputado em o moesteyro para exercícios assi dos religiosos que studam em musica, como em artes liberais, e ainda para os que tem licença se visitarem e falarem cousas santas, em modo que em hum cabo vereis huns com os cantores mores cantar dorgaõ e contra ponto, outros vereis huns com os outros sob hum presidente arguir em logica, philosophia e em outras artes. Outros licenciados gastar esse tempo ou parte em colloquios spirituaes. E finalmente todos com tal temperança usam destas cousas que os huns nom impedem nem torvam os outros, nem os outros aos outros”. (*Descrição e debuxo do Moesteyro de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, 1957, ed. facsimile por I. S. Révah, fl. 13).

Coimbra desenvolveu-se de forma “polinuclear”: significativamente, em 1358, o pregoeiro encarregado de proclamar uma ordem municipal, desempenha-se da sua incumbência apregoando-a na alcáçova (lugar do palácio régio), junto da torre da municipalidade, na praça de S. Bartolomeu (centro da vida comercial) e na praça defronte de Santa Cruz, assim identificando “os principais espaços públicos”¹⁵.

“Coimbra moderna nasceu em 1537”¹⁶

A universidade foi transferida para Coimbra em 1537. Não era a primeira vez que estanciava na cidade uma vez que, durante dois períodos do século XIV (1308-1338 e 1354-1377)¹⁷, aqui tivera a sua sede, alternando com Lisboa (1290-1308; 1338-1354; 1377-1537).

As razões que terão levado o rei D. João III a tomar a decisão de transferir a Universidade não são totalmente conhecidas. Podemos provavelmente afirmar que terá parecido importante ao monarca afastar a Universidade da cidade de Lisboa¹⁸ e aproveitar essa oportunidade para a remodelar profundamente. Em 1533, respondendo a uma carta da câmara de Coimbra, o rei declarava que certamente a Universidade seria da capital, embora ele ainda não tivesse decidido o seu lugar de destino¹⁹. Era bem conhecido o interesse de outras cidades, nomeadamente de Évora, em se tornarem a sede da Universidade. A resposta evasiva do monarca a

¹⁵ Maria Helena da Cruz Coelho — “Coimbra trecentista”, p. 77.

¹⁶ António de Oliveira — *A vida económica e social de Coimbra*, Prefácio, p. 3.

¹⁷ Para estes períodos de estância em Coimbra, veja-se o já citado estudo de Maria Helena da Cruz Coelho — “Coimbra trecentista”; Mário Brandão — “A Universidade de 1290 a 1580”, in *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua história*, pp. 45-104; Teófilo Braga — *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1892.

¹⁸ Francisco Carneiro de Figueiroa — *Memórias da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1937. Afirma o insigne memorialista que “no anno de 1532 já ElRey andava dispondo a mudança da Universidade de Lisboa para Coimbra, e provia as cadeiras com a clausula enquanto o estudo se não mudar” o que terá suscitado a preocupação do conselho universitário o qual, em Outubro de 1535 decidiu “se mandasse pedir a ElRey com toda a instancia fazendo-se para isso todas as diligencias, que não tirasse a Universidade de Lisboa” (p. 42).

¹⁹ Mário Brandão — *Documentos de D. João III*. Vol. I, Coimbra, 1937, doc. I.

estas pretensões pode ser justificada pelo seu desejo de manter secreto um plano que ele começara a pôr em prática alguns anos antes.

De facto, em 1527, dando maior amplitude a outras iniciativas anteriores, tinha decidido criar cinquenta bolsas de estudo para estudantes portugueses no Colégio de Santa Bárbara, em Paris, desse modo providenciando essencialmente no que respeitava à renovação do estudo da Teologia e à preparação de futuros mestres. No mesmo ano — provavelmente em ligação directa com esta decisão — ordenou a reforma do Mosteiro de Santa Cruz, confiando-a ao monge jerónimo Frei Brás de Braga. Um cuidado especial foi devotado á revitalização dos estudos, o que implicou a construção de novos colégios²⁰.

Uma activa correspondência entre o monarca e Frei Brás de Braga²¹ informa-nos do papel fundamental que esta instituição desempenhou no estabelecimento da Universidade em Coimbra: numa dessas cartas o monarca atesta que ele sempre tivera em mente — quando mandara reformar o convento de Santa Cruz — transformar as suas escolas em estudo geral²². A ideia era a de começar as lições em Março de 1537 (só em Maio, porém elas terão início) e, uma vez mais, Frei Brás de Braga é instado para que prepare tudo o necessário: salas, bancos, cadeiras. Sem dúvida que é de pôr em evidência o seu empenhamento pessoal, mas ele

²⁰ Francisco Carneiro de Figueiroa — *Memórias*, pp. 48-49: “Sendo Reformador do Convento de Santa Cruz Fr. Braz de Braga, ou de Barros, [...] para que o Convento ficasse reformado, não somente em virtude e Religião mas taõ bem em Letras, instituiu nelle estudos mandando vir alguns Mestres de Paris que principiaraõ a ler em Outubro de 1528, e porque com a fama do muito que se aproveitava com estes estudos concorreraõ muitas pessoas illustres e Nobres para aprender nelles, o mesmo Fr. Braz mandou edificar dois Collegios dentro do mesmo Convento, hum para fidalgos com a invocação de S. Miguel, que vestiaõ de roxo; e outro com a de todos os Santos para os pobres, que vestiaõ de pardo [...] e tudo isto faria Fr. Braz por ordem que para isso lhe desse ElRey D. Joaõ o 3º, como disposição previa para a Universidade que determinava fundar em Coimbra e no mesmo Convento de Santa Cruz ou junto delle”. Terá sido num deles que o Doutor Afonso do Prado, que depois foi nomeado lente de Prima de Teologia, leu esta disciplina “antes [...] de ter princípio a Universidade [...] aos Religiosos, e mais pessoas do seu Collegio” (*ibidem*)

²¹ Mário Brandão — *Documentos*, doc.s IV, V, VIII, IX, X, XI, XII, XV, para o período anterior a Março de 1537. O mesmo autor utiliza estes mesmos documentos na sua excelente síntese já citada (*A Universidade de Coimbra. Esboço da sua história*, pp. 164-179).

²² “Eu sempre fiz fundamento quando determinei mandar fazer esses estudos de fazer universidade e escolas gerais” (*Ibidem*, doc. XV).

não teria sido suficiente se não pudesse contar com o suporte económico e institucional do Mosteiro.

O rei nomeou professores para as faculdades de Teologia, Direito Canónico, Direito Civil, e Medicina. As Artes seriam leccionadas pelos professores já existentes no Convento. Mas passado muito pouco tempo (por alvará régio de 10 de Abril de 1537, confirmado em Julho em resposta ao protesto da Universidade) colocou também a faculdade de Teologia sob a autoridade de Santa Cruz e funcionando nas suas instalações. Quase a seguir, foi Medicina a mudar-se para lá, sob pretexto da sua estreita relação com o estudo das Artes. Reportando-nos mais uma vez à *Descrição e debuxo do Moesteyro de Santa Cruz*, (que, recordamos, foi impressa em 1541) poderemos ver esta realidade retratada de forma pitoresca:

Esta sobre este terreyro altura de quatro graos hum tavoleyro ladrilha- do de pedras quadradas e cercado de grades de ferro, sobre o qual está fundados os bases do soberbo portal da Magestade e torres e Capella do ditto Moesteyro. Em este tavoleyro há grande concurso de estudantes que continuamente confirem entre si, huns em gramatica outros em Logica, outros em Rectorica e em as outras artes Liberaes, outros em a santa Theologia, outros em a medicina, da vida e saude humana reparadora. E a todos he oprobrio falar salvo em a lingoa romana ou grega, o que aos olhos dos caminhantes he hum espectaculo de ver. Estes estudantes saem como emxames de abelhas de dous pollidos e concertados Collegios que estam hum aa destra outro aa sestra deste Moesteyro, e nõ em pequeno ornamento seu. Destes collegios o primeyro se diz de Santo Augustinho padre dos Canonicos regulares. E o segundo de Sam Ioam baptista padre dos cartuxos. Sam as aulas ou geraes em elles dez ladrilhados e forrados e providos de cathedras muy artificiosas, e o que he mays que em cada hum destes geraes tem os religiosos choros com grades de ferro dõde ouvem todas as sciencias apartados dos seculares, mas nom tam apartados os seculares delles que se nom possam aproveytar do honesto e sãcto exemplo de sua conversaçam. Toda esta digressam foy feita por dizermos alguma cousa destes Collegios.

E porque a provessesmos com brevidade deixamos particularmente de dizer do numero dos Doctores lentes, e dos trios e gravidade delles, da obediencia e abilidade dos Discipolos, dos exercicios e insino, e finalmente da christandade e devaçam de todos [...] ²³.

O quadro, onde há traços de idealismo no elogio à sabedoria e ao exemplar comportamento de estudantes e professores, não deixa de ser o espelho da estreita simbiose entre uma instituição da cidade, secularmente dominando um espaço físico e cultural, e a nova realidade que surgia beneficiando notavelmente da sua sombra tutelar. A longa tradição de trabalho intelectual — característica incontornável de Coimbra — fortalecia decisivamente, neste tempo e deste modo, as suas raízes.

Durante alguns anos, a Universidade permaneceu dividida, não só em termos logísticos mas também jurisdicionais: dentro do Convento a jurisdição pertencia ao Prior crasteiro, excepto em caso de processo judicial; fora de Santa Cruz, professores e estudantes estavam submetidos ao reitor da Universidade e ao seu juiz privativo, o Conservador. Para o Prior de Santa Cruz transitou também o cargo e a dignidade de Cancellário ²⁴, originalmente atributo do bispo da diocese (no tempo em que a Universidade estivera em

²³ *Descripçam e debuxo*, fl. 2.

²⁴ Por alvará de 15 de Dezembro de 1539 (Mário Brandão — *Documentos*, doc. CXXI), no qual eram definidas as suas funções: conceder os graus de licenciado, mestre e doutor e autenticar as respectivas cartas (esta última incumbência foi depois atribuída ao professor de Prima de Direito Civil). Nele se estipulava igualmente que os actos e as cerimónias de colação dos graus teriam lugar no Convento. Estas determinações foram, mais tarde, modificadas em parte: o Cancellário presidiria também ao exame privado (o último e mais importante acto dando acesso aos graus de licenciado e doutor) e à escolha dos pontos para as duas lições que o constituíam; os doutoramentos em Teologia continuaram a ter por palco a igreja do Mosteiro, mas os restantes passaram para a sala grande da Universidade (Francisco Carneiro de Figueiroa — *Memorias*, p. 67) Importa ainda dar conta das razões que o rei enuncia como motivos desta concessão: o facto de na igreja do Convento estarem situados os túmulos dos dois primeiros monarcas portugueses; o serviço prestado pelo mosteiro através dos seus colégios; a vontade régia de honrar a instituição.

²⁵ Francisco Carneiro de Figueiroa — *Memorias*, p. 52. Ao relatar a colação do grau de doutor a Nicolau Lopes e a Manuel da Costa, “na Sé, com a assistencia do Bispo D. Jorge de Almeida e do Reitor D. Garcia”, entre 8 e 11 de Novembro de 1537, Figueiroa assinala que “não consta quem fez o Officio de Cancelario nesses grãos”. Mas, reportando-se às normas existentes e à prática seguida em Lisboa, conclui que “ainda que nos assentos se não declare que o Bispo desse estes grãos, como elle estava presente, ou os daria, ou commissão aos lentes para que os dessem”.

Lisboa e nos primeiros meses da sua presença em Coimbra²⁵) e que fora, entretanto concedido ao Reitor da Universidade, relativamente às faculdades de Leis e Medicina²⁶.

Pode, com verdade, dizer-se que a Coimbra moderna nasceu em 1537 e que terá sido engendrada por esta vinda da Universidade: não é, porém, menos verdade que a cidade estava de algum modo predisposta para a receber. Não só porque a Universidade já aí estivera anteriormente ou devido ao ambiente tranquilo e propício ao trabalho intelectual; mas igualmente porque uma antiga e renovada instituição serviu de alicerce a esta implantação. Alicerce cultural mas também económico: de facto, por solicitação régia e concessão papal, o Priorado-Mor de Santa Cruz²⁷ foi a fonte de uma importante fatia da base financeira da Universidade. Por morte do último Prior-Mor, D. Duarte, um bastardo régio, as rendas e propriedades do Mosteiro foram divididas em três lotes: dois deles destinados à criação de duas novas dioceses (Portalegre e Leiria), o terceiro incorporado na Universidade que dele tomou posse em 1546²⁸. Embora originando um dilatado conflito entre as duas instituições, só resolvido por uma amigável composição (imposta pela autoridade real) nos primeiros anos do século XVII (1607), esta anexação contribuiu grandemente para a

²⁶ A concessão do cargo e dignidade de Cancelário ao Reitor da Universidade é de 28 de Novembro de 1537 (Mário Brandão — *Documentos*, vol. I, doc. XXXVI).

²⁷ O Priorado-Mor era uma entidade diferente e independente da comunidade que vivia no Convento sob a autoridade de um Prior denominado crasteiro. Até 1527, o Prior-Mor retirava do total dos seus rendimentos uma certa quantia em dinheiro (600.000 réis) que era dividido em porções distribuídas pelos membros da comunidade e que cada um deles administrava autonomamente. Nesse ano foi celebrado um contrato (confirmado em 1530 e, de novo, em 1535) segundo o qual algumas das rendas do Priorado passavam para o Convento, ficando sujeitas a administração comum. Estas rendas perfaziam um rendimento de 1.001.234 réis, proporcionando assim à comunidade um maior desafio. (Arquivo da Universidade de Coimbra, *Santa Cruz*, caixa 15; ver também a nota seguinte).

²⁸ Maria Helena da Cruz Coelho, Maria José Azevedo Santos — “Contenda entre a Universidade e o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na segunda metade do século XVI. Breves notas”. In *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas. Congresso História da Universidade*, vol. 3, Coimbra, 1991, pp. 39-61.

²⁹ O património da Universidade (para o qual contribuíram outras incorporações feitas por D. João III) permaneceu praticamente inalterado até 1774. Até essa data, a parte dos rendimentos da Universidade derivada desta anexação representava pelo menos 40% do total (Fernando Taveira da Fonseca — *A Universidade de Coimbra (1700-1771)*. Estudo social e económico. Coimbra, 1995, p. 579).

sobrevivência económica da Universidade²⁹.

Juntemos ao quadro até aqui esboçado apenas mais dois traços. A situação incómoda criada pela circunstância de três faculdades desenvolverem a sua actividade dentro dos muros de Santa Cruz, foi resolvida em duas fases: primeiro, o monarca cedeu por empréstimo o seu palácio³⁰ para que nele tivessem lugar as lições da duas faculdades jurídicas; depois (1544), para evitar o agravamento do conflito já existente, ordenou que todas as faculdades ficassem reunidas nesse mesmo lugar. O outro facto relevante foi a criação, em 1548, do Colégio das Artes com uma elite professoral que o próprio monarca convidou e subvencionou. Abriu-se um período de inquestionável esplendor, embora marcado por dissensões internas e de curta duração: em 1555, o Colégio das Artes foi posto sob a direcção dos Jesuítas³¹. Mas este processo de fundação de colégios tinha-se iniciado anteriormente e estava a moldar um novo rosto da cidade.

O novo rosto da cidade

Nos meses que decorreram entre Maio e Setembro de 1537, a Universidade teve as suas instalações nas casas do seu primeiro Reitor, D. Garcia de Almeida (a meio caminho da encosta da colina, defronte do rio). O plano para construir novos edifícios, na parte oriental da acrópole, não teve seguimento e a solução, como já vimos, foi a de instalar no paço real. Passado pouco tempo, contudo, uma coroa de colégios foi gradualmente circundando aquele núcleo central. Gradualmente, não só porque a sua fundação se alargou no tempo, mas igualmente porque (estamos sempre a falar dos edifícios colegiais) a sua construção, em alguns casos, demorou anos, ou mesmo décadas; aconteceu também que os membros destas comunidades se mudaram, por vezes, de um lugar para outro. É, porém,

³⁰ O edifício foi depois vendido por Filipe II à Universidade, em 1597, mas continuou a manter os privilégios de paço real (Manuel Lopes de Almeida — “A Universidade de 1580 a 1937”. In *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua história*, p. 14).

³¹ O mais importante estudo sobre o Colégio das Artes, antes e depois de 1555, permanece o de Mário Brandão — *O Colégio das Artes*, 2 vols., Coimbra, 1924-1932.

fora de dúvida que o resultado final se materializou numa mudança substancial na configuração da cidade³².

Se tomarmos como referência o momento em que as construções foram iniciadas, poderemos formar uma ideia do ritmo desta mudança: entre 1540 e 1550, toda uma rua, no arrabalde, no prolongamento para Norte do Mosteiro de Santa Cruz, foi delineada por um grupo de sete colégios, todos eles pertencendo a ordens religiosas. Na mesma década, três outros colégios foram implantados: os Jesuítas estabeleceram o seu na parte alta da cidade, primeiro em instalações provisórias, depois em um grandioso edifício novo (ocupando uma superfície de cerca de dez mil metros quadrados) que levou muito tempo a ser concluído e que se destinava a acolher duzentos estudantes³³; muito próximo da Universidade, no local onde, no período medieval se situara o estudo geral, foi fundado o colégio de S. Paulo, ao mesmo tempo que os cónegos seculares de S. João Evangelista (os Lóios, por causa da designação grega da cor azul da murça de que se revestiam) usavam as instalações do hospital real, que administravam, para albergar os seus estudantes.

Os restantes colégios, fundados na segunda metade do século XVI e no período posterior (ao longo dos dois séculos seguintes até 1779), tenderam a situar-se mais nas proximidades da Universidade, com duas excepções apenas: mesmo esses, contudo, não distavam mais do que dez minutos de caminho. E no próprio terreiro da Universidade um novo edifício foi acrescentado à ala oeste, adossado à Capela: a Biblioteca — construída entre 1716 e 1728 — uma jóia da Universidade e também da cidade³⁴.

³² António de Vasconcelos, "Os colégios universitários de Coimbra (fundados de 1539 a 1779)" in *Escritos Vários relativos à Universidade dionisiana*, vol I, reed., Coimbra, 1987, pp. 155-295; Ana Paula Margarido, Margarida Vilar Queirós, "A Universidade de Coimbra e as alterações na malha urbana da Alta" in *Universidade(s)*, vol. II, pp. 357-393; José Eduardo Horta Correia, "A importância dos Colégios Universitários na definição dos Claustros portugueses" in *Universidade(s)*, vol. II, pp. 269-290.

³³ António de Vasconcelos, "Os colégios universitários", p. 191.

³⁴ Sobre a porta de entrada, uma inscrição declara que a Biblioteca é um ornamento de Coimbra: *Hanc augusta dedit libris Colimbria sedem, ut caput exornet bibliotheca suum*. Era ideia geralmente aceite que a construção da Biblioteca se devia à generosidade de D. João V. De facto, o monarca, como "protector" da Universidade, teve de autorizar a despesa extraordinária que uma obra desta envergadura implicava. Mas a Biblioteca foi toda ela paga com os excedentes

Os colégios não obedeciam todos a um mesmo tipo: S. Paulo (desde 1563) e S. Pedro (a partir de 1572), muito próximos da Universidade e um do outro (separava-os uma rua estreita que ainda hoje conserva o nome de Rua Entre Colégios) destinavam-se a graduados que pretendiam seguir a carreira docente universitária. Tinham o nome de colégios seculares. Os colegiais³⁵ eram sustentados pelo Colégio (por um período de nove anos que frequentemente se prolongava por mais alguns) enquanto permaneciam na situação de “opositores”, ou seja, candidatos à propriedade de uma cátedra universitária (faziam já formalmente parte do corpo da Universidade, participavam no seu governo e podiam ser eventualmente lentes substitutos), ou mesmo alguns anos depois de a obterem ou de serem contratados como condutários (sem cadeira de propriedade mas já percebendo um salário regular). Poderiam, contudo, passar directamente do Colégio para posições elevadas no serviço régio ou da Igreja³⁶.

da rendas da Universidade, devendo-se à iniciativa do então Reitor, Nuno da Silva Teles, quer a aquisição de um recheio de livros que constituíam a biblioteca particular do Doutor Francisco Barreto, quer o pedido ao monarca para que autorizasse a construção de um edifício para os guardar (Fernando Taveira da Fonseca — *A Universidade de Coimbra*, pp. 789-790; acerca dos aspectos arquitectónicos, José Ramos Bandeira — *Universidade de Coimbra*, tomo I, Coimbra, 1943, pp. 139-252; António Filipe Pimentel — “Cidade do saber/cidade do poder. A arquitectura da Reforma”. In *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. de Ana Cristina Araújo, Coimbra, 2000, pp. 263-288).

³⁵ Eram, em teoria doze em S. Pedro vinte e quatro em S. Paulo. Mas, em 1563, quando os primeiros colegiais de S. Paulo foram solenemente recebidos no Colégio, eram apenas onze, incluindo o Reitor e um porcionista. De facto, os dois Colégios aceitavam alguns membros (simples estudantes não graduados, mas pertencendo a famílias da mais alta nobreza) que pagavam pelo seu alojamento e alimentação (porcionistas). O número destes últimos foi aumentado, em S. Paulo, até um máximo de oito, por concessão régia (1696). Não é muito fácil calcular quantos eram os membros destes Colégios que permaneciam neles ao mesmo tempo. Sabemos, porém que entre 1563 e 1728, S. Paulo teve 187 colegiais e 98 porcionistas. Os números em S. Pedro são, respectivamente 174 e 59 (*Memórias do Collegio Real de S. Paulo* pelo Doutor Joseph Barbosa in *Collecçam dos Documentos e Memórias da Real Academia da Historia Portugueza*, vol VII, 1727; *Catalogo Chronologico dos Collegiais e Porcionistas do Collegio de S. Pedro*, composto pelo Doutor Manuel Pereira da Silva Leal in *Collecçam*, vol. V, nº XXX, 1725; António de Vasconcelos, *Escritos Vários*, vol. I, p. 92, nota 1). Em 1708, havia onze colegiais e dois porcionistas em S. Paulo; dois anos mais tarde, um pequeno livro no qual se registava a despesa diária com a alimentação informa-nos que o número de comensais variou de 5 a 9 (Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra*, p. 328, nota 4).

³⁶ Estes Colégios podem ser assimilados aos “colegios mayores” das universidades espanholas, “centros de poder” na expressão de Ana Maria Carabias Torres (*Los Colegios Mayores, centros de poder*, 3 vols., Salamanca, 1986; ver também Damaso de Lario, “Mécatat des Collèges Majeurs dans la formation de la bureaucratie espagnole (XIV.e- XVIII.e siècles, *Revue Historique*, CCLXXV/2, 1987, pp. 307-342).

A maioria dos Colégios pertencia a ordens religiosas ou militares. É sobretudo conhecido que o clero regular cultivava essencialmente os estudos teológicos³⁷: Os seus Colégios, ao mesmo tempo que desempenhavam um papel semelhante aos de S. Paulo e de S. Pedro na preparação de candidatos ao professorado — dando-lhes condições materiais de subsistência na longuíssima espera a que tinham de se sujeitar antes de obterem uma cátedra³⁸ — tinham também aulas regulares de Gramática, Artes e alguns mesmo de Teologia. Estes estudos eram reconhecidos pela Universidade e um número significativo de religiosos matriculavam-se na faculdade de Teologia já como graduados, apenas para cumprirem as últimas etapas da preparação que os levava à aquisição da honra universitária, o doutoramento.

O Colégio das Artes era diferente dos outros: a sua missão principal era a de preparar candidatos para as faculdades maiores (o grau em Artes era necessário para os que pretendiam frequentar Teologia ou Medicina e os que pretendiam frequentar Direito deveriam nele fazer o exame de Latim) mas conferia igualmente graus autónomos de bacharel, licenciado e mestre. No que diz respeito á organização do ensino, era independente, dirigido por um Principal; mas os graus em Artes eram concedidos pela Universidade e o seu registo aparece nos mesmos livros em que são lançados os das outras faculdades.

Resumindo, poderemos afirmar que, exceptuados três Colégios com

³⁷ Em 1691, o Reitor da Universidade, Rui de Moura Teles, dirigindo-se ao monarca num relatório sobre a Universidade, salientava o facto de 54 dos 71 estudantes de Teologia pertencerem a ordens religiosas, o que, dizia, fazia redundar em seu proveito quase exclusivo o trabalho dos professores. É certo, porem que estes, na sua esmagadora maioria, pertenciam igualmente ao clero regular (Fernando Taveira da Fonseca — “Uma relação do estado da Universidade de Coimbra em 1691”, *Revista Portuguesa de História*, vol. XXIV, Coimbra, 1990, p. 265).

³⁸ Se é legítimo projectar retrospectivamente dados colhidos para o período de 1700-1771, verificamos que o tempo médio de espera, depois do doutoramento, até uma primeira nomeação como “condutário” ou “proprietário” (o primeiro apenas recebia um salário, o segundo já possuía uma cátedra) é máximo em Teologia (27 anos), mas não deixa de ser significativo nas faculdades jurídicas (15 para a de Cânones, 14 para a de Leis), enquanto que, para Medicina, é mais curto (4 anos) (Fernando Taveira da Fonseca — *A Universidade de Coimbra*, p. 436).

finalidades muito específicas — os dois seculares e o das Artes — o sistema colegial de Coimbra servia essencialmente a faculdade de Teologia. Se olharmos para os livros de matrículas, damo-nos conta que esta foi, ao longo de toda a época moderna, a menos numerosa. A grande maioria dos estudantes, os que estudavam Cânones, Leis e Medicina, viviam fora dos Colégios, misturados com a população da cidade.

Os estudantes na cidade

Poderemos começar por interrogar-nos sobre qual terá sido o efeito da transferência da Universidade em termos do crescimento populacional de Coimbra.

Em 1527, a cidade tinha 1329 vizinhos ou fogos, 370 na *almedina* e 839 no *arrabalde*³⁹, correspondendo a cerca de 5300 almas⁴⁰. A partir daqui, os registos paroquiais de casamentos e baptizados, para o período de 1540 a 1640, mostram uma tendência ascendente. As crise demográficas (das quais a mais violenta ocorreu em 1599) não modificam este quadro geral⁴¹. Por volta de 1647, uma estimativa feita com base numa contagem militar aponta para uma população de cerca de 10000 habitantes⁴². O inquérito de 1758 deu um resultado de 2985 fogos para oito das nove paróquias da cidade. Acrescentando um valor estimado de 200 fogos para essa paróquia em falta, chegamos a um total de 13200 habitantes⁴³.

Estes números, que têm sempre de ser vistos com alguma prudência, mas que, em termos gerais, nos dão conta do crescimento populacional de

³⁹ António de Oliveira — *A vida económica e social de Coimbra*, vol. I, p. 150.

⁴⁰ Se tomarmos 4 como número médio de almas por fogo e, portanto, como coeficiente de conversão. No cômputo dos fogos não entram nem o clero regular nem a população flutuante.

⁴¹ A mais importante referência para este assunto é a já diversas vezes citada obra de António de Oliveira *A vida económica e social de Coimbra*. O autor estuda em pormenor a evolução demográfica não só nas paróquias da cidade mas também as da área circundante. Aqui não podemos ir além de uma indicação muito sumária.

⁴² *Ibidem*, p. 187.

⁴³ Esta estimativa, utilizando um coeficiente de conversão de 3,8 pessoas por fogo, é feita por Armando Carneiro da Silva — “Evolução populacional coimbrã”, *Arquivo Coimbrão*, vol. XXIII, 1968, p. 223 e p. 242.

Coimbra, podem servir de ponto de referência para a consideração dos quantitativos dos estudantes matriculados nas quatro faculdades maiores⁴⁴. Não temos informações suficientes, por falta de registos, para o período que vai de 1537 a 1573⁴⁵, embora possamos presumir que, durante este período, o intervalo entre os valores que conhecemos (537 estudantes em 1540, 693 em 1570) terá sido preenchido de forma contínua. A partir de 1573-74, dispomos de uma informação regular. A curva das matrículas⁴⁶ (1573-1771) mostra uma tendência ascendente com uma acentuada flutuação negativa de média duração (1629-34 a 1674-79). Esta tendência pode ser quantificada como representando um crescimento médio de 3,5% em cada 5 anos, o qual, porém, não foi contínuo: um patamar situado ao nível das 1000 ou 1100 matrículas anuais figuraria o nível de frequência no século que decorre entre 1573 e 1674; um novo degrau é alcançado cerca de dez anos mais tarde, prolongando-se até 1720, situando as matrículas nas 1700 por ano; de novo, um salto vigoroso, coloca o número de estudantes acima dos 2500.

Este perfil global é o resultado de uma contribuição desnivelada de cada uma das faculdades: a de Direito Canónico dominava, deixando as

⁴⁴ António de Vasconcelos, "Estatística das matrículas efectuadas na Universidade de Coimbra durante dois séculos (1573-1772)" in *Escritos Vários*, vol. II, Coimbra, 1941, pp. 111-123. Vasconcelos agrupou as matrículas por períodos de cinco anos e não considerou em separado as novas entradas nas duas faculdades jurídicas, ou seja, aqueles que se matriculavam no ano inicial de Instituta. Para o período de 1700 a 1771 foi feita uma nova contagem, ano a ano, considerando separadamente os matriculados em Instituta. (Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra*, pp. 31-32; Apêndice — 1. Quadros e gráficos, quadro A. I. 3.). Não há registos contínuos das matrículas em Artes, excepto para o período 1710-1758 (AUC, *Livro dos assentos dos estudantes do curso de Artes desta Universidade (1710-1758)*). Durante ele havia cerca de 150 estudantes nos quatro anos do curso (este número é um valor intermédio entre 109 — 1731-1740 — e 190 — 1710-1720).

⁴⁵ Para os anos 1537-1540, Vasconcelos recolheu alguma informação, incluindo os alunos de Gramática e Artes: 1537-38 — 230; 1538-39 — 221; 1539-40 — 83; 1540-41 — 537. Em 1573-74, primeiro da série de registos regulares, o total de matrículas das quatro faculdades maiores era de 693 (*Escritos vários*, vol. II, pp. 117-118).

⁴⁶ Ela foi desenhada primeiramente, para o intervalo 1573-1644, por António de Oliveira (*A vida económica*, vol. II, fig. 94); depois por Roger Chartier e Jacques Revel num estudo comparativo da frequência universitária de várias universidades europeias ("Université et société dans l'Europe Moderne. Position des problèmes", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tome XXV, juillet-septembre 1978, pp. 353-374). Aquela a que aqui me refiro directamente foi construída, como as anteriores, com base nos dados de António de Vasconcelos excepto para o período de 1700-1771, para o qual os valores que recolhi diferem um pouco dos dele.

outras muito para trás⁴⁷; e o progresso de cada uma delas não foi paralelo: o rápido crescimento de 1679-1689 assinala também um aumento da proporcionalidade de Cânones (de 68% para 77%).

É quase óbvio (se tivermos presente que os exames necessários à obtenção de um grau tinham lugar apenas após alguns anos de aprendizagem, variável com as faculdades, mas que, nas jurídicas, subia até ao cinco, durante os quais os estudantes eram simples “ouvintes”), que nem todos os que se matriculavam permaneciam na Universidade frequentando as lições⁴⁸. O problema da assiduidade era antigo e revelaram-se ineficazes diversas tentativas para o resolver. A mais notável foi a instituição das “matrículas incertas” — dois momentos ao longo do ano lectivo, para além dos já costumados de Outubro e Maio, designados a arbítrio da autoridade académica — nos quais, durante o período restrito de três dias, os estudantes deveriam assinar o livro de matrícula, para comprovarem a sua presença em Coimbra.

Apesar desta medida, tomada na sequência de uma sublevação estudantil contra o zelo de um vice-reitor em verificar a assiduidade dos estudantes, em 1660⁴⁹, e de outras entretanto estipuladas, um relatório de Francisco Carneiro de Figueiroa, em 1727, assevera que, dos que se matriculavam,

⁴⁷ Esta faculdade contava com 72% do total das matrículas (1573-1771); as proporções para as outras faculdades eram: Direito Civil — 15.3%; Medicina — 7.1%; Teologia — 5.6%.

⁴⁸ Para poderem submeter-se a actos, tinham os estudantes que perfazer um certo tempo de aprendizagem, fixado pelos Estatutos. A unidade de contagem era o “curso” (cada um com a duração de oito meses de lições) e a forma de provar a frequência (a “prova de curso”) era o testemunho de dois discípulos perante a autoridade académica. Os estudantes dos dois Direitos teriam de provar cinco cursos antes do primeiro exame (conclusões do 5º ano), seis para se fazerem bacharéis e oito para obterem a formatura. A formatura correspondia à qualificação necessária para exercer uma actividade profissional, tal como, para os estudantes médicos a “aprovação”, um exame essencialmente prático que podiam solicitar depois de terem completado seis cursos.

⁴⁹ O Vice-Reitor pretendia verificar a presença dos estudantes matriculados, fazendo uma chamda geral. Os estudantes, que nestes casos, costumavam chamar os seus colegas mais novos do Colégio das Artes para irem responder pelos que estavam ausentes, não o puderam fazer então, uma vez que o Vice-Reitor solicitara ao o Principal que fizesse, ao mesmo tempo, a chamda no Colégio das Artes. Os estudantes, com as capas pela cabeça, cercaram o Vice-Reitor (que se fizera acompanhar do Conservador e do meirinho com os seus homens) gritando-lhe para que se fosse embora, impediram que se fizesse a chamada e atiraram com a sua cadeira, símbolo da sua autoridade, por uma escada abaixo (Fernando Taveira da Fonseca — *A Universidade de Coimbra*, pp. 406-408).

apenas metade ou um terço permaneciam na cidade. Podemos sem dificuldade imaginar que se tratava dos que provinham de regiões mais distantes do rectângulo continental, ou então das ilhas da Madeira e Açores e do Brasil, para os quais as viagens seriam mais difíceis e dispendiosas, ou então aqueles que, na fase final do seu curso, se encontravam na eminência de se submeterem a provas académicas. Mesmo para estes, contudo, foi preciso estipular o depósito de uma caução para os obrigar a permanecer na Universidade até ao final do período de avaliações — nas quais, em muitos casos, eram também argumentantes — sendo dela reembolsados só quando cumpriam esta cláusula.

Tão importante como assinalar a falta de assiduidade é dar conta dos motivos (para além da negligência) que o Reitor aponta para a explicar: primeiro, a exiguidade dos *gerais*, especialmente o de Cânones que, embora muito amplo, não comportaria nem metade dos que se inscreviam; a segunda tinha a ver com a falta de alojamentos; e, finalmente, ele pensava que, se todos os estudantes que se matriculavam permanecessem na cidade se correria sério risco de haver perturbações e tumultos.

A falta de casas para o conveniente alojamento de professores e estudantes era queixa antiga⁵⁰. Em 1537 e nos anos seguintes, o monarca por diversas vezes deu instruções e enviou ordens acerca deste problema. O direito que os estudantes tinham de que lhes fossem facultados alojamentos em toda a cidade — o direito de aposentadoria — era limitado

⁵⁰ Quando a Universidade e transferiu para Coimbra pela primeira vez, em 1308, uma das maiores dificuldades que foi preciso enfrentar foi a de providenciar habitações para os estudantes. Os donos das casas tinham relutância em arrendá-las, considerando os estudantes maus inquilinos e piores pagadores. Na tentativa de resolver o problema, o monarca estabeleceu taxadores, em 1309, dois designados pela cidade e outros dois pela Universidade, encarregados de estabelecer, atendendo aos interesses de cada uma das partes que representavam, preços justos para o arrendamento das casas; além disso, impôs que os que as possuíam na *almedina* as arrendassem e que reparassem as que estavam arruinadas e concedeu mercê aos estudantes para comprarem casas para sua acomodação (Maria Helena Coelho — “Coimbra trecentista”, p. 89). O problema voltou, contudo, a colocar-se em 1354 (Mário Brandão — *A Universidade de 1290 a 1580*, pp. 101-102).

por uma excepção apenas⁵¹, mas esbarrava com dificuldades práticas⁵².

O problema não teve solução definitiva, ou, pelo menos, reaparecia sempre que o número de estudantes aumentava rapidamente. Segundo um relatório do Reitor, em 1727, havia necessidade de uma atenção e esforço constantes, porque o rio, transbordando com frequência, derrubava as casas na parte baixa da cidade, deixando para trás várias “lagoas” que se transformavam em focos de doenças infecciosas. Do que não se pode duvidar, porém, é de que, fosse qual fosse o número de estudantes que efectivamente permaneciam em Coimbra, a sua presença constituía um factor importante de pressão sobre o mercado do arrendamento de casas: em 1762-63, depois de uma das matrículas incertas ter sido abolida (1758) e por causa de um extraordinário número de estudantes que se tinham graduado e abandonado definitivamente a cidade no ano anterior, as rendas baixaram para os novos arrendatários e mesmo os antigos pediram reduções aos seus senhorios.

Sendo o quantitativo dos estudantes um dado relevante, temos igualmente que ter em consideração que eles formavam um grupo de características próprias: exclusivamente masculino e jovem⁵³; alguns deles privilegiados

⁵¹ O coração da actividade comercial (a Calçada e a Praça junto da igreja de S. Bartolomeu estavam isentas desta obrigação (*Documentos de D. João III*, vol. I, doc. XXXIII). Mais tarde, os *Estatutos* (1597) isentaram igualmente as casas dos desembargadores, se eles as não quisessem arrendar (liv. II, tít. XXXI, § 20 e 21).

⁵² Em 1537 (8 de Novembro) foram enviadas instruções para a Universidade acerca da nomeação dos taxadores, o registo de todas as casas que houvesse para arrendar e a fixação dos preços (*Documentos de D. João III*, vol I, doc. XXXIII); no mês seguinte, uma carta régia sossegava os possuidores das casas relativamente aos preços de arrendamento, uma vez que um dos taxadores representava os seus interesses (doc. XXXIX); uma outra carta (8 de Julho de 1538) confirmava que as novas edificações destinadas à Universidade seriam construídas dentro da muralha, de modo que aqueles que desejassem construir casas para as cederem aos estudantes poderiam avançar com segurança (doc. LIV); depois, um alvará régio isentava da taxa, por vinte anos, as casas que fossem construídas na *almedina* nos dois anos seguintes (doc. LXIV); entretanto, tinham sido reservados alguns terrenos para construir novos alojamentos na parte norte do *arrabalde* (doc. LXI); outros alvarás estabeleciam que mesmo as casas dos órfãos deveriam ser arrendadas aos estudantes (doc. LXXXVIII) ou impunha sanções para aqueles que exigissem um preço mais alto do que aquele que estava taxado (doc. XCI). Todos estes decretos régios foram confirmados pelos *Estatutos* de 1597, liv. II, tít. XXI.

⁵³ A análise de duas amostras de graduados em Cânones e Leis, no século XVIII, mostra que a maioria obtinha a sua formatura entre os 24 e os 26 anos de idade. Sabendo que o percurso médio destes estudantes até este ponto era de 7,2 anos, podemos concluir que a idade do grosso dos estudantes oscilava entre os 16-18 e os 24-26 anos. Há alguns valores marginais significativos. Se os de nível superior são normais, já os da franja inferior apontam, nalguns casos, para uma entrada precoce — entre os 12 e 14 anos, num caso ou noutro ainda mais jovens — para as faculdades maiores.

pela suas ascendência familiar⁵⁴; todos eles, porém, gozando de privilégios precisamente por serem estudantes.

O mais importante era, sem dúvida, o privilégio de foro que os isentava de serem julgados pelas justiças ordinárias⁵⁵. Este privilégio de isenção tinha como contrapartida a capacidade de a Universidade ter um aparelho judicial próprio: um juiz privativo (Conservador) em cuja audiência poderiam ser admitidos até oito procuradores depois de terem sido aprovados pelo Reitor e Conselho, um conjunto de oficiais, um meirinho com os seus dez homens para o policiamento e a execução das suas ordens e uma cadeia. A jurisdição do Conservador estendia-se a matérias cíveis e criminais e os apelos e agravos das suas sentenças iam directamente à Casa da Suplicação de Lisboa⁵⁶. Para os estudantes (e para os demais privilegiados da Universidade) isto significava que, quer como queixosos quer como réus, tinham o direito de exigir que as suas causas fossem julgadas perante o Conservador mesmo que fossem presos em flagrante delito por outros oficiais de justiça, em Coimbra ou em qualquer outro lugar⁵⁷. E quando eram presos ficavam na cadeia da Universidade.

Sendo o mais importante, não era o único privilégio de que gozavam os estudantes. Desde a fundação da Universidade que um quase constante cuidado tinha sido posto em facilitar-lhes a vida⁵⁸. Já nos referimos ao que

⁵⁴ Entre os estudantes encontramos os filhos da mais alta fidalguia do Reino (a maior parte vivendo em Lisboa) e da nobreza provincial. Uma amostra de candidatos à magistratura (todos eles bacharéis formados por Coimbra, pelo menos), mediante um exame de estado ("leitura" no Desembargo do Paço) mostra-nos que a distribuição social dos seus progenitores se faz pelas seguintes categorias: nobres, 15,6%; letrados (magistrados e graduados universitários), 26,1%; clero, 1,5%; homens de negócio, 7,5%; lavradores, 15,6%; militares, 13,1%; oficiais mecânicos, 10,6%; designações genéricas, 10,0%. Para uma melhor compreensão desta distribuição deve dizer-se que que os fidalgos raramente se candidatavam e que os filhos dos trabalhadores manuais eram, em princípio, considerados inaptos para acederem a esta carreira (Fernando Taveira da Fonseca — *A Universidade de Coimbra*, pp. 292-293).

⁵⁵ Ver, acerca da origem e desenvolvimento deste privilégio, António de Vasconcelos — "Génese e evolução histórica do foro académico da universidade portuguesa" in *Escritos vários*, vol. I, pp. 297-334.

⁵⁶ *Estatutos (1654)*, liv. II, tít. XXVII, para o conjunto das competências do Conservador.

⁵⁷ *Ibidem*; Fernando Taveira da Fonseca — "Uma relação do estado da Universidade de Coimbra em 1691". *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIV, 1990, pp. 253-256. Alguns episódios, contudo, mostram que, na prática, este direito sofreu algumas limitações.

⁵⁸ O documento fundador da Universidade portuguesa (de 1 de Março de 1290), ao mesmo tempo que fazia o elogio da ciência, declarando-a tesouro admirável, prometia segurança aos escolares (*Chartularium Universitatis Portugalensis*, pub. por Artur Moreira de Sá, vol. I, Lisboa, 1966, doc. 3).

se passava com a habitação; mencionemos também o que respeita com o abastecimento.

Imediatamente a seguir à transição para Coimbra, diversas prescrições régias regulamentaram aspectos desta matéria: os estudantes deveriam ter locais próprios para o seu exclusivo abastecimento de carne e peixe, assim como uma feira semanal — em cada terça-feira — na qual aves, legumes, fruta, cabras ou ovelhas vivas, ovos e leite, o peixe pescado no Mondego, poderiam ser vendidos sem pagarem direitos⁵⁹. A carne era fornecida, no açougue da Universidade, por contrato estabelecido com marchantes: estes poderiam conduzir gado vivo de qualquer parte do Reino, solicitar o auxílio das autoridades locais com essa finalidade e estavam isentos de alguns encargos municipais. Direitos semelhantes eram conferidos aos picadeiros, os quais se comprometiam, também por contrato, a fornecer peixe nos dias e tempos em que a obrigatoriedade de abstinência de carne o tornava indispensável⁶⁰.

Um especial serviço de transportes e correio — os recoveiros — proporcionava aos estudantes o contacto com a terra natal e com os pais ou parentes que lhes enviavam géneros e dinheiro: organizava-se também com base em contratos celebrados pela Mesa da Fazenda da Universidade, através dos quais se garantiam preços tabelados por arroba de carga e por légua, se transferia a responsabilidade por mercadorias e valores para os que se encarregavam do seu transporte e se fixavam prazos de entrega.

Se bem que formando um corpo com características e direitos específicos e mesmo que segregados por via destas particularidades, assim como pelo seu vestuário e pelo seu comportamento, os estudantes dependiam largamente da população citadina. A sua forma de vida em Coimbra é descrita em breves palavras por Ribeiro Sanches: “Cada dois ou tres Estudantes tem huma ama, hum e as vezes tres criados; se he

⁵⁹ *Documentos de D. João III*, doc. CXLVII.

⁶⁰ *Ibidem*, docs. XLVII, XLVIII. Estes contratos foram estudados, para os séculos XVI e XVII, por António de Oliveira — *A vida económica e social de Coimbra* (cap. VI – O abastecimento, especialmente pp. 212-226) e, para o séc. XVIII por Fernando Taveira da Fonseca — *A Universidade de Coimbra*, pp. 350-358.

cavalheyro tem seu cuzinheyro, hum criado e hum pagem, ou pello menos hum negro: o fausto de hum Fidalgo, ou seja Porcionista nos Collegios de S. Pedro e de S. Paulo consiste no mayor numero de criados e sustentar huma mula ou hum cavallo⁶¹. Eventualmente haverá algum exagero nesta caracterização, que o seu autor elaborou como crítica ao modo como os estudantes a si mesmos se tratavam. Mas sabemos, por outras fontes, que este género de associação de estudantes, vivendo em conjunto, pagando os serviços de uma ama que lhes cozinhava as refeições, de uma lavadeira e de um moço de recados era frequente⁶². Outros, de maiores recursos, arrendavam casa só para eles e para seus criados, algumas por preços elevados. Por outro lado, encontramos estudantes pobres vivendo com os donos das casas, recebendo comida e outras ajudas materiais a troco da prestação de serviços domésticos, ou exercendo idênticas funções em colégios, como familiares, devendo, na expressão de um documento, lavar os pés dos colegiais e servi-los à mesa.

De uma maneira geral, reportando-a à maioria dos estudantes, a situação é sintetizada por D. Francisco de Lemos, o primeiro Reitor da Universidade reformada em 1772, preocupado com a manutenção da ordem e da disciplina: “Sabe-se muito bem, que os estudantes não vivem em Colegios; mas que estão dispersos pela cidade em cazas particulares, que alugão”⁶³.

Este trato diário com a população criaria, sem dúvida, laços de amizade⁶⁴, mas, por outro lado, poderia originar perturbações e conflitos, pelo

⁶¹ António Nunes Ribeiro Sanches, “Apontamentos para fundarse huma universidade real”, *Obras*, vol. I, Coimbra, 1959, p. 120.

⁶² Um quadro pitoresco é traçado numa colecção de textos, coligidos ao longo do século XVIII, alguns em latim macarrónico, que, embora devam ser lidos com alguma cautela pela sua feição caricatural e intenção lúdica, apresentam traços de profundo realismo. Vide *Palito Métrico e correlativa Macarrónea Latino-Portuguesa*. Nova edição de harmonia com a quarta, de 1792, Coimbra, 1942.

⁶³ Francisco de Lemos, *Relação geral do estado da Universidade (1777)*, Coimbra, 1980, p. 210.

⁶⁴ Como exemplo de relacionamento amigável podemos apresentar o caso de numerosos estudantes de Medicina: poderiam ser beneficiados com uma subvenção annual da Universidade, durante o tempo de estudo — o “partido médico” — e também ser financeiramente ajudados no pagamento dos seus actos. Para isso, para além de provarem que não descendiam de judeus ou cristãos-novos, tinham de assinar um documento, com a segurança de um fiador, comprometendo-se a levar a cabo os seus estudos e a não mudar de faculdade, sem o que eram obrigados a repor o dinheiro que houvessem recebido. A lista dos que, no período de 1700 a 1771, se apresentaram

menos de duas maneiras: primeiro, porque os problemas entre estudantes ou entre eles e as autoridades académicas tinham um eco imediato no quotidiano da cidade; depois, porque, algumas vezes o conflito estalava entre o corpo estudantil e a população não estudante.

Podemos distinguir diferentes tipos de violência estudantil⁶⁵, de acordo com a sua origem: o normal conflito de interesses entre pessoas; a oposição às autoridades académicas; o confronto entre grupos formados espontaneamente com base em caracteres comuns (por exemplo, a terra ou região de naturalidade⁶⁶); a imposição (ou a eventual resistência a ela) de regras de comportamento próprias dos estudantes (tal como o ritual de submissão a que os novatos eram sujeitos⁶⁷). E não poderemos excluir a actuação marginal de

como fiadores dos estudantes inclui sapateiros, alfaiates, outros artesãos, barbeiros, (constituindo, em conjunto, uma proporção de cerca de 49% do total), mercadores e livreiros, boticários e oficiais da Universidade. Doutores, advogados e clérigos tinham uma representação muito menor (Fernando Taveira da Fonseca — *A Universidade de Coimbra*, pp. 318-323). Este tipo de associação implica um relacionamento próximo e um elevado nível de confiança (é de notar que muitos destes estudantes médicos não eram da cidade). Um outro exemplo pode ser fornecido pelos “correspondentes”, mercadores que adiantavam dinheiro para pagamento das despesas de estudantes, sendo a dívida posteriormente saldada pelos seus pais.

⁶⁵ A violência estudantil tem sido estudada e compreendida não como um fenómeno localizado num determinado espaço ou situado num tempo específico, mas como quase necessariamente originado pelas características do corpo dos estudantes, como refere Jacques Verger: “forts [...] des privilèges juridiques qui leur assurent sinon l’impunité, du moins des sanctions moins graves, un grand nombre d’universitaires [...] se livrent à des violences auxquelles les poussent l’âge, le déracinement, l’appartenance pour une majorité d’entre eux aux deux classes sociales les plus portées à la violence, la noblesse et la paysannerie” (Jacques Verger, “Les universités et les pouvoirs publics au Moyen Âge et à la Renaissance”, citado por Sophie Cassagnes-Brouquet, “La violence des étudiants à Toulouse à la fin du XVe et au XVIe siècle (1460-1610), *Annales du Midi*, XCIV, 1982, p. 245).

⁶⁶ Em Coimbra, os estudantes do Alentejo viviam juntos na parte alta, no bairro de S. Pedro, também chamado bairro do Alentejo. Quando em 1670, o Conservador e o Meirinho da Universidade prenderam dois estudantes por estarem armados, todos os outros correram em seu auxílio e arrancaram-lhos das mãos. Nos dias seguintes tornou-se impossível penetrar naquele bairro para fazer o inquérito desse incidente. Os estudantes, para além de resistirem com armas, eram acusados de aterrorizar os seus vizinhos não estudantes, impedindo-os mesmo de identificar os que viviam no bairro. Em 1740, houve uma luta entre dois grupos de estudantes, um de lisboetas e outro de minhotos, de que resultou uma morte. Um outro confronto, desta vez opondo as autoridades policiais conjuntamente com a população aos estudantes, foi provocado durante uma festividade celebrada pelos estudantes da província da Beira.

⁶⁷ Como nos descreve o Palito Métrico, logo na sua primeira composição “Calouríados”, a qual narra a chegada de um novato a Coimbra, vindo dos montes. Apanhado por um grupo de veteranos logo no dia da sua chegada, foi cavalgado por eles, depois de lhe terem colocado às costas uma sela; obrigaram-no ainda a pagar a ceia e os quartos numa estalagem, para os outros, enquanto ele dormia no chão. É evidente que só um grupo numeroso seria capaz de impor este

grupos ou bandos⁶⁸. Algumas vezes, os estudantes eram mesmo o ponto de escape através do qual explodia a tensão social latente⁶⁹.

O Palito Métrico descreve a chegada a Coimbra do novo estudante: surpreendem-no as casas altas e a multidão de gente usando vestes e barretes negros⁷⁰. Os estudantes, distinguindo-se pelo seu traje, eram, de facto, a marca de Coimbra. Paradoxalmente, a sua participação no governo da Universidade tinha sido grandemente enfraquecida (ou mesmo anulada) em 1654, ano em que, definitivamente, lhes foi retirada a prerrogativa de poderem votar nos concursos para o provimento das vagas de professores. Eram um corpo intermédio entre uma população menos letrada e a Universidade, cuja autoridade era completamente absorvida por professores e oficiais, sob a presidência do Reitor (que não era estudante, como em tempos medievais, nem podia ser escolhido entre os professores). A “academia” estava, de algum modo, divorciada da Universidade⁷¹.

ritual ao novato, considerado uma besta que era preciso domar. A “investida”, que poderia ser feita ao longo de todo o primeiro ano, assumiu, em alguns poucos casos conhecidos, contornos de violência que levaram à morte. De um modo mais geral, o recém-chegado, ignorante do meio e indefeso, tinha de procurar a protecção dos mais velhos e pagar por isso.

⁶⁸ Estes bandos existiram efectivamente, em Coimbra, tendo sido o mais notório o Rancho da Carqueja que operou na cidade entre Outubro de 1720 e Fevereiro de 1721, altura em que foram presos dezoito dos seus componentes, na sua maioria de Lisboa, sendo a excepção mais importante a do próprio chefe, Francisco Jorge Aires, natural das proximidades de Vila da Feira. Sem querer sumariar as suas malfetorias, refiro este exemplo apenas para fazer uma reflexão: como foram o bando mais notório, o seu comportamento é por vezes considerado como típico e constante. Teófilo Braga, para citar apenas um nome de incontestável relevância, refere-o como representativo da “vida íntima” dos estudantes de Coimbra ao tempo em que foi jurada na Universidade a Bula *Unigenitus* (1717); e reproduz um comentário de autor desconhecido que identificava o Rancho da Carqueja como um bando operando em meados do século XVIII (*História da Universidade de Coimbra*, vol. III, p. 159). Esta extensão no tempo não é legítima e chama a atenção para o cuidado a ter ao lidarmos com estas matérias.

⁶⁹ Como terá sido o caso do motim de 1630, ano em que os estudantes cristãos-velhos expulsaram da Universidade os seus colegas cristãos-novos: num período de crescente actividade da Inquisição, os cristãos-novos obtiveram concessões especiais a que a Igreja, e o Santo Ofício em particular, se opuseram. A tensão gerada tornou-se conflito aberto quando (15 de Janeiro de 1630), em Lisboa, o Santíssimo Sacramento foi profanado, desacato que se atribuiu aos cristãos-novos. O motim dos estudantes, em Coimbra, durou de 4 a 9 de Março (de segunda-feira a sábado), não obstante todos os esforços das autoridades para o debelar. Foi, evidentemente, causado pelo clima geral de má vontade contra os cristãos-novos, reforçado por uma difícil conjuntura política e económica (António de Oliveira — “O motim dos estudantes de Coimbra contra os cristãos-novos”. *Biblos*, vol LVII, 1981, pp. 597-627. Para o quadro da situação política e económica, do mesmo autor, *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, 1991).

⁷⁰ “Calourfados”, in *Palito Métrico*, p. 11.

A Universidade na cidade: breves apontamentos

Para além da presença constante dos estudantes, entre a população cidadina, com as suas dependências, alianças e conflitos, teremos também de considerar a Universidade como instituição com uma particular função e um peso específico na vida da cidade. Os breves apontamentos que se expõem a seguir reportar-se-ão a três aspectos apenas: a Universidade como fonte de privilégio para aqueles que a serviam; o papel exercido directamente no governo municipal através da nomeação de um dos seus membros para o corpo dos vereadores; as cerimónias académicas, como visibilidade externa e ponto de encontro festivo entre a Universidade e a cidade.

À honra e promoção que, para a sociedade em geral — e, com maioria de razão, para aqueles que poderiam usufruir da proximidade da instituição que os concedia — representava a aquisição dos graus académicos⁷², acrescia a circunstância da presença física da Universidade, geradora da procura de serviços específicos. Uma das formas de garantir uma contínua e eficiente captação de servidores era a concessão de privilégios (também eles procurados pela honra que conferiam). A lista dos privilegiados da Universidade era longa e incluía os que estavam permanentemente ocupados no seu serviço⁷³ e outros que desempenhavam tarefas temporárias ou a ela estavam ligados por contratos de diversa natureza⁷⁴, bem

⁷¹ A palavra Universidade é usada maioritariamente em sentido restritivo, em registos e documentos, significando expressamente o corpo de professores e doutores.

⁷² Esta observação, sendo verdadeira para todas as faculdades, é particularmente pertinente para a de Medicina. Coimbra antecedia, no século XVIII, todos os centros urbanos, mesmo os que eram nitidamente mais populosos, como Lisboa e Porto, na procura dos graus médicos. Esta circunstância tinha um reflexo directo na constituição do professorado da faculdade que era maioritariamente constituído por naturais da cidade. A falta de um particular auxílio institucional que ajudasse a superar o tempo de espera que antecedia o ingresso na carreira docente — como eram os colégios, os dos religiosos, para a faculdade de Teologia e os de S. Pedro e S. Paulo para as faculdades jurídicas — tinha como consequência que os graduados médicos se valessem dos apoios familiares e do exercício da clínica como forma de subsistência. É importante assinalar, a este respeito, a queixa recorrente de que a actividade profissional na cidade, distraíndo os lentes médicos dos seus deveres académicos, era causa de irregularidade e baixa qualidade do ensino médico (cfr. Fernando Taveira da Fonseca — *A Universidade de Coimbra*, pp. 180 e 488).

como os servidores do Reitor, do Cancelário, dos lentes e oficiais, dos estudantes e dos colégios. Situação ambicionada por muitos, não só porque ficavam sob a exclusiva jurisdição do juízo da Universidade, mas igualmente porque lhes trazia a isenção de alguns encargos municipais, era, nalguns casos, a única remuneração dos serviços prestados⁷⁵.

Para a cidade, pelo contrário, o grande número de privilegiados da Universidade era um fardo: o seu peso económico pode ser medido pelo facto de o seu contributo para uma finta extraordinária, em 1613, representar “cerca de um quarto (24,1%) da quantia total”⁷⁶. Além disso, eram os mais qualificados para desempenhar os cargos municipais (“os ricos e «esforçados»”), provocando a sua isenção que tais cargos fossem exercidos pelos “mais pobres e miseráveis, os «que não prestam para nada»”⁷⁷.

A participação da Universidade no governo municipal através da nomeação de um dos vereadores criava um laço ainda mais apertado. A primeira notícia que nos chegou acerca desta prerrogativa (26 de Março de 1546), informa-nos que este novo vereador foi acrescentado aos três já existentes. O sua peculiar função, definida em carta enviada pelo rei ao município, em 1549, era a de dar a conhecer aos outros vereadores os privilégios da Universidade, de modo a que nada pudesse ser ordenado ou

⁷³ O quadro completo dos servidores permanentes da Universidade, nas suas diferentes dimensões — a docência, a fazenda, a justiça — e também no culto religioso e em outras actividades específicas, pode ser visto em Fernando Taveira da Fonseca — “Os corpos académicos e os servidores”, in *História da Universidade em Portugal*, Coimbra-Lisboa, 1997, vol. I, tomo II, p. 502.

⁷⁴ Importa lembrar os que forneciam carne e peixe e referir todos os que estavam empenhados na recolha das rendas de que a Universidade era detentora — o prebendeiro e, em algumas ocasiões, um sacerdote, e os rendeiros — mediante contratos que duravam normalmente quatro anos.

⁷⁵ Tal era o caso dos mordomos, os quais desempenhavam o papel de curadores dos interesses da instituição em diversos pontos do país — mormente nos lugares de maior concentração das rendas — e que o faziam sem remuneração, apenas para gozarem do estatuto de privilegiados da Universidade. De um modo mais genérico, António de Oliveira assinala que muitos dos servidores da Universidade “consideravam o seu trabalho bem pago ficando isentos dos cargos públicos e as suas causas julgadas pelo Conservador. E dava honra” (*A vida económica e social de Coimbra*, vol. I, p. 436).

⁷⁶ *Ibidem*, p. 438. O fardo era tanto mais pesado quanto a estes privilegiados da Universidade se somavam muitos outros, “nomeadamente da Inquisição e do Fisco”.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 439.

feito em detrimento da mesma Universidade⁷⁸. Apesar disso poderemos afirmar que “o vereador da Universidade não foi [...] um delegado da Universidade junto do Município para aí exercer funções de domínio ou tutela, nem tão pouco para negociar interesses ou estratégias”⁷⁹. Exercia as funções de qualquer outro vereador, exceptuando o não poder servir como juiz ordinário. Esta particular magistratura tinha a vantagem de suavizar os conflitos que naturalmente surgiriam entre dois poderes actuando no mesmo espaço e era demonstrativa da importância da Universidade numa cidade de província⁸⁰.

A nomeação era anual. No período de 1640-1777, contamos 114 vereadores da Universidade. Na sua maioria, exerceram estas funções no início da sua carreira académica: 67 quando ainda colegiais dos colégios seculares de S. Pedro e de S. Paulo; 77 já como lentes (embora 22 apenas condutários, ou seja no primeiro estágio do seu acesso à docência). Foi grande a representatividade dos graduados em Leis (49) e em Medicina (43); menor a dos graduados em Cânones (19)⁸¹.

A real influência exercida pela Universidade e a sua ligação institucional com o município como que encontravam a sua expressão visível quando as celebrações académicas transbordavam para a cidade. Regularmente, em datas fixadas pelos *Estatutos*, todo o corpo da Universidade, reunido ordenadamente à volta do Reitor (*per modum universi*) deslocava-se em préstito algumas centenas de metros, ou atravessava mais longamente a cidade: no lugar de chegada celebrava-se a missa com sermão. O resto do dia era dedicado ao descanso ou a exercícios e exames⁸². Duas procis-

⁷⁸ *Documentos de D. João III*, vol. IV, doc. DLV.

⁷⁹ Sérgio Cunha Soares — “Os vereadores da Universidade na Câmara de Coimbra (1640-1777). *Revista Portuguesa de História*, vol. XXVI, 1991, pp. 45-80 (a citação é da p. 46).

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ Não podemos deixar de referir, contudo, que esta menor representatividade dos graduados em Cânones no governo municipal parece ser compensada pela sua maior ocupação nos trabalhos do Santo Ofício, que tinha tribunal em Coimbra, como é sabido. Se tomarmos como referência as justificações de faltas às lições dadas pelos professores, é claro o desnível entre os Cânones — muito mais faltosos por este motivo — e os de Leis (Fernando Taveira da Fonseca — *A Universidade de Coimbra*, pp. 526-528).

sões mais formais percorriam o espaço entre a Universidade e Santa Cruz — vencendo o íngreme declive que as separava — na véspera de Natal (e depois de 1612, no dia anterior ao da Epifania) e no dia 6 de Junho. O cortejo doutoral percorria o mesmo trajecto — da Universidade para Santa Cruz, nos doutoramentos de Teologia, de Santa Cruz para a Universidade, nos das outras faculdades —, segundo o espírito de uma antiga norma estatutária determinando que o lugar onde se havia de juntar toda a Universidade para acompanhar o doutorando deveria ser “lugar donde se dê vista polla cidade”⁸². Parte integrante desta celebração em que era conferida a máxima honra académica era o repicar dos sinos e a música, que devia ser tocada em frente da casa dos principais intervenientes (o padrinho, o doutorando...) inevitavelmente comunicando o anúncio festivo a toda a vizinhança. E com idênticas manifestações de regozijo assinalava a Universidade os casamentos reais ou o nascimento dos príncipes.

Em todas estas ocasiões, lentes, membros dos colégios, estudantes e oficiais da Universidade eram instados a participar. Uma tradição ainda hoje vigente, continua a manter viva a imagem destas coloridas celebrações: um dos deveres dos doutores foi sempre — e ainda hoje é — honrar a Universidade, usando as suas insígnias. E a comunhão entre a Universidade e a cidade tem, também nos nossos dias, pontos altos nos momentos das festividades académicas, que o são também de mais intensa actividade comercial e cultural, de partilha de espaços e de convivência lúdica.

⁸² Os Estatutos de 1597 — confirmados, com a Reformação de 1612, em 1653 — ordenam a realização de sete préstitos: Santa Catarina (25 de Novembro), ao Colégio do Carmo; S. Nicolau (6 de Dezembro), ao Colégio de S. Jerónimo; Nossa Senhora da Conceição (8 de Dezembro) ao Colégio de Tomar; Santo Tomás (7 de Março), ao Colégio dos Dominicanos de que aquele santo era patrono; S. Boaventura (13 de Março), ao Colégio dos Franciscanos da província de Portugal (S. Boaventura); Nossa Senhora da Anunciação (25 de Março), ao Colégio da Graça; S. Barnabé (11 de Junho) a Santa Cruz. De particular importância, para o nosso tema, era o préstito de 11 de Junho, dedicado a celebrar a memória de D. João III, com solenes exéquias, nas quais deveriam estar presentes “O Cancellario, a Camara, e Cidadãos da cidade, e as justiças della”, aos quais o Reitor mandaria aviso no dia anterior e que, à semelhança dos membros da corporação universitária recebiam propinas, à custa da Universidade (*Estatutos (1654)* liv. I, tít. XIII e *Reformação*, nº 24).

⁸³ *Estatutos (1559)*, com introdução e notas históricas e críticas por Serafim Leite, Coimbra, 1963, cap. 97, p. 274.

Conclusão

A proposta de Laurence Brokliss define dois tipos de relação universidade-cidade, correspondendo a períodos cronológicos distintos: o primeiro, que dominou entre 1200 e 1800, caracterizava-se por a universidade estar na cidade mas não ser da cidade⁸⁴; o segundo, a partir daquela última data, marcado por um cada vez maior complexo de relações originado pelo crescimento da universidade como centro de ensino e de investigação nas ciências médicas e naturais. O caso de Coimbra, enquadrando-se, para o período em que o considerámos, no primeiro daqueles tipos, revela particularidades que não podem deixar de ser brevemente mencionadas. Antes de mais, a forte interferência, entre os dois que estão fisicamente em presença, de um outro pólo de decisão como é o poder régio: a instalação definitiva na cidade — originada da vontade do monarca, cujas motivações, sintomaticamente, permanecem ainda mal definidas — significa um reforço significativo dessa instância. A ligação prioritária que, a partir daí, se estabelece é entre a Universidade e o poder central — veiculada, posteriormente, por uma instância situada na capital, a Mesa da Consciência e Ordens — e não com a cidade. Sendo este o pano de fundo, importa, mesmo assim, salientar outros dois aspectos, que infirmam, em parte, sem minimamente a porem em causa, esta relevância do poder régio: a indigitação pela Universidade de um dos quatro vereadores, clara interferência, mais uma vez, do monarca, eximindo esta eleição ao processo seguido para a dos outros, mas cujo efeito prático se traduziu numa mais íntima convivência entre as duas instituições, Câmara e Universidade; e ainda, por via de todo o processo de instalação em Coimbra, o papel relevante que, em ter-

⁸⁴ “The university and the city, 1200-2000” (pp. 25-26). O autor explicita assim a sua afirmação (de que a universidade estava na cidade mas não era da cidade): “The university needed the city to shelter and feed its students, and the city (usually) looked kindly on the university for the employment opportunities it brought. The city, however, merely served as a backdrop to the university’s functional role as a training-ground of the liberal professional elite. A greater or lesser proportion of its students were drawn from the city, but the majority were not, and the majority again, except in the largest cities, did not find employment there after their studies” (p. 25).

mos institucionais e simbólicos desempenhou, nesse momento, e continuará a desempenhar depois, uma instituição de há muito radicada na cidade, o Mosteiro de Santa Cruz.

Será pertinente ainda, e atendo-nos sempre à tipologia de Brockliss, datar com alguma antecipação — concretamente da Reforma de 1772 — o início do processo de muito mais intenso relacionamento com a cidade: a criação das faculdades de Matemática e Filosofia — que com a remodelada faculdade de Medicina formarão o conjunto das faculdades naturais — com a consequente fundação do Hospital da Universidade. Este tema, contudo, ultrapasa já o âmbito cronológico da reflexão que nos propúnhamos fazer.

1. — Os historiadores dividem-se na consideração dos séculos XVIII e XIX na história da humanidade. Para muitos, o primeiro representa a decadência que o homem faz da escrita, distinguindo a qualidade da evolução humana entre a pré-história e a história propriamente dita. A primeira é o tempo longo da gestação da humanidade e do homem enquanto ser civilizacionai; a segunda, a descensão deste ser para o domínio da civilização. Para outros estudiosos, contudo, a marca que separa o passado e o devir da humanidade está na descoberta do fogo e na consequente sua ser controlado, pelo homem, dando a civilização ao ser e não o parto definitivo das cidades.

Não importa aqui a época, qualquer qual seja a perspectiva e a visão verdadeira, porque em todos os séculos verdadeiros que nos foram transmitidos existem aqui e ali vestígios de civilização. Caracterizam-se, portanto, momentos e locais privilegiados, onde os indivíduos têm acesso a estruturas institucionais

* Cf. Maria João Lopes, *Arquitetura do século XVIII português* (Lisboa, 1978), pp. 11-12, e *Arquitetura do século XVIII português* (Lisboa, 1978), pp. 11-12, e *Arquitetura do século XVIII português* (Lisboa, 1978), pp. 11-12.